

Na ausência ou impedimento, o presidente do júri será substituído pelo 1.º vogal efectivo.

17 — Quota de emprego — nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, e tratando-se de concurso para preenchimento de uma vaga, não é fixada quota de lugares a prover por pessoas com deficiência, tendo o candidato deficiente preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

18 — Regime de estágio — rege-se pelo regulamento n.º 70/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 184, de 23 de Setembro de 2005, que regulamenta os estágios de ingresso nas carreiras técnica e técnica superior do Instituto Politécnico de Viseu.

26 de Abril de 2007. — O Presidente, *João Pedro de Barros*.

ANEXO I

Programa aprovado pelo despacho n.º 13 381/99, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 14 de Julho de 1999

Direitos e deveres da função pública e deontologia profissional.
Regime de férias, faltas e licenças.

Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública.

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública.

Deontologia do serviço público.

Atribuições e competências próprias do serviço para o qual é aberto o concurso.

ANEXO II

Legislação aconselhada para a prova

Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com a nova redacção que lhe foi introduzida pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, pelo n.º 2 do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio, e pelo Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio — férias, faltas e licenças.

Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro — estatuto remuneratório.

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho — estruturação das carreiras do regime geral.

Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro — Estatuto Disciplinar.

Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, com a alteração introduzida pela Lei n.º 25/98, de 26 de Maio — princípios gerais em matéria de emprego público, remunerações e gestão de pessoal na Administração Pública.

Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março — medidas de modernização administrativa.

Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro — estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior politécnico.

Estatutos do Instituto Politécnico de Viseu (publicados no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 51, de 1 de Março de 1995).

Estatutos da Escola Superior de Educação de Viseu (publicados no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 23, de 27 de Janeiro de 1996).

Estatutos da Escola Superior de Tecnologia de Viseu (publicados no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 239, de 1 de Março de 1995).

Estatutos da Escola Superior de Agrária de Viseu (publicados no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 89, de 14 de Abril de 2000).

Estatutos da Escola Superior de Saúde de Viseu (publicados no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 257, de 4 de Novembro de 1999).

Decreto-Lei n.º 24/94, de 27 de Janeiro — estabelecimentos do ensino superior politécnico em regime de instalação.

Despacho (extracto) n.º 10 991/2007

Por despacho de 29 de Março de 2007 do presidente do Instituto Politécnico de Viseu, foi ao mestre Luís António Pereira Duarte autorizada a renovação de contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto, em regime de exclusividade, para o Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Tecnologia, com início em 20 de Abril de 2007, por dois anos.

3 de Maio de 2007. — A Vice-Presidente, *Idalina de Jesus Domingos*.

Despacho (extracto) n.º 10 992/2007

Por despacho de 21 de Fevereiro de 2007 do presidente do Instituto Politécnico de Viseu, foi autorizada a celebração do contrato administrativo de provimento com o mestre António Pedro Martins Soares Pinto como equiparado a professor-adjunto, em regime de exclusividade, para o Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Tecnologia, com início em 1 de Março de 2007, por um an.º

3 de Maio de 2007. — A Vice-Presidente, *Idalina de Jesus Domingos*.

Despacho (extracto) n.º 10 993/2007

Por despacho de 21 de Fevereiro de 2007 do presidente do Instituto Politécnico de Viseu foi autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento com a mestra Olga Maria Sousa Contente como equiparada professora-adjunta, em regime de exclusividade, para a Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Viseu, com início em 1 de Março de 2007, por um ano.

3 de Maio de 2007. — A Vice-Presidente, *Idalina de Jesus Domingos*.



PARTE H

CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES

Aviso n.º 10 194/2007

Para os devidos efeitos se declara que, por meu despacho de 14 de Maio de 2007, foi concedida, a seu pedido, a exoneração do funcionário desta Câmara Municipal Carlos Miguel Jerónimo Pereira, com a categoria de auxiliar de Serviços Gerais, a produzir efeitos a partir de 14 de Maio de 2007.

16 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Nelson Augusto Marques de Carvalho*.

2611016658

CÂMARA MUNICIPAL DE ALANDROAL

Aviso n.º 10 195/2007

Transferência

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 1 de Setembro de 2006, foi autorizada, de harmonia com o

artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, aplicado às autarquias locais por força do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, a transferência, com efeitos a partir de 8 de Janeiro de 2007, para desempenhar funções nesta autarquia com a categoria de assistente administrativo, da funcionária Ana Maria Ribeiro Fontes Coelho, pertencente ao quadro da Câmara Municipal de Lisboa.

9 de Janeiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *João José Martins Nabais*.

2611016788

Aviso n.º 10 196/2007

Anulação de concurso

Por ter sido publicado com inexactidões, é anulado o concurso aberto pelo aviso n.º 8659/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 92, de 14 de Maio de 2007.

16 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *João José Martins Nabais*.

2611016761